

APRESENTAÇÃO

Leila de Menezes STEIN¹

Apresentamos, neste numero da REDD, dossiê versando sobre TRABALHO PRECÁRIO, GLOBALIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS

O artigo de Carla Diéguez e Luciana Silveira abre o dossiê ao tratar da conceituação e definição de um corolário a **trabalho precário** na eleição da categoria **trabalho decente**. Estuda-se a formulação de políticas pela Organização Internacional do Trabalho – OIT - sobre essa categoria e a implementação de normas, orientações e acordos internacionais. Políticas de incentivo e promoção ao Trabalho decente, ou seja, aquele que além de promover o acesso aos direitos sociais, regulamentação das condições de trabalho, recomenda intervenções no planejamento da vida pessoal e profissional do trabalhador enquanto políticas sistemáticas e oficiais. Sem políticas de investimentos em educação, família, licenças saúde e aposentadorias institucionalizadas não há uma legítima promoção do trabalho decente. Promover a consolidação de **redes de segurança** para os trabalhadores é direito fundamental do Homem, como reconhecido no artigo 22 da Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU, de 1948. A proteção social é um dos pilares estratégicos do conceito de Trabalho Decente. Os dois autores fazem uma retrospectiva de sua implantação no Brasil e no Chile nas três últimas décadas.

Simone Wolff, Cinthia da Silva e Leonardo Ferreira podem ser lidos como um contraponto a tais formulações de Trabalho decente. Estudando o caso da indústria têxtil em Londrina, no estado de Paraná, localizam que as terceirizações praticadas favorecem a desregulamentação das relações trabalho e não valorizam o emprego formalmente protegido e com seguridade social. Podem concluir que as APL tratadas reproduzem o trabalho não regulamentado e precário, distanciando-se das orientações dessa política, em detrimento da valorização do emprego formalmente protegido e com seguridade social presente.

Giuliana Franco Leal estuda a formação, na década de 90, de um interessante movimento de trabalhadores desempregados - Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD-RS) que atua em Gravataí e Bagé (RS). Arregimenta pessoas que estão fora do mercado de trabalho formal, trabalhadores pobres e precários, com baixas escolarização e

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras - Departamento de Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – leilastein@terra.com.br

Apresentação

qualificação profissional Segundo dados de resultados de sua pesquisa qualitativa, a autora ilustra a formação de um assentamentos rururbano colocando em relevo que as lutas desses trabalhadores não seriam apenas por emprego, mas por um trabalho não explorado e emancipado. Fomentam a formação de grupos de produção autogestionários cujos delineamentos vão se aprimorando de proposições iniciais de programas coletivos de trabalho até o projeto de pontos coletivos de trabalho.

Leila Stein e Beatriz Coutinho estudaram o trabalho dos pastores de ovelhas nas Montanhas Rochosas dos Estados Unidos e Canadá. Localizam a semelhança em ambos os países da organização do processo de trabalho e a sua extrema precariedade, sem acesso aos elementares equipamentos de higiene e conforto. Trata-se de trabalhadores migrantes da América Latina em suas anuais e intermitentes viagens internacionais para acompanhar a engorda dos rebanhos. Desprovidos de quaisquer direitos sociais e econômicos – sem repouso semanal ou qualquer forma de contacto social – tem seus Visas temporários retidos pelos contratantes, não havendo a possibilidade de desistência.

Samuel de Jesus e Alexandre Nunes e Waldete Nunes analisam o trabalho atual em suas dimensões organizativas, enquanto que o primeiro coloca em perspectiva a greve dos controladores de tráfego aéreo no Brasil, Nunes e Nunes estudaram a intensificação do trabalho dos professores da rede pública em São Paulo. Baltar, em outra perspectiva, propõe modelo inovador para repensar as relações entre centro e periferia no capitalismo hoje. Enfoca o sentido e direções das relações de trocas comerciais e propõe a revisita deste conceito tão caro à Sociologia da Dependência.

Além dos artigos pertencentes ao dossiê, este número traz leituras sobre temas variados que retomam períodos, políticas e espaços para reflexão sobre o Brasil. Entre os quais os trabalhos de Rodrigo Toledo e Ângelo Del Vecchio, com um recorte de sociologia histórica. Toledo organiza suas reflexões sobre a conformação de uma perspectiva para a organização espacial das cidades, cuja resultante teria sido a formulação de planos diretores para as cidades paulistas. Del Vecchio coloca em foco a história política nacional e levanta interessantes pistas para repensar o período que antecede o Ato Institucional nº 5 e o papel da Frente Ampla de oposição aos militares, com suas disputas internas e com a presença de Carlos Lacerda.

Sandra Siqueira da Silva retoma DaMatta para problematizar o terreno confuso que se estabelece para o trabalhador empregado no ensino à distância e no teletrabalho, dada a concomitância entre o espaço de trabalho e o espaço de moradia. Lateralmente, Almir de

Apresentação

Paula e Silva e Darlene Ferreira pesquisam as novas ruralidades que emergem das relações entre a pequena cidade e o meio rural tal como se apresenta em um pequeno município do interior paulista.